

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BANCO GM S.A.

SEMESTRE FINDO EM
30 DE JUNHO DE 2026

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	4
BALANÇOS PATRIMONIAIS	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	12
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	15
1. CONTEXTO OPERACIONAL	16
2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	17
4. DISPONIBILIDADES	21
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ARRENDAMENTO	21
6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ARRENDAMENTO – RISCO DE CRÉDITO	24
7. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO	27
8. OUTROS ATIVOS – ANTECIPAÇÕES E ATIVOS NÃO FINANCEIROS À VENDA	28
9. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS.....	29
10. ATIVO IMOBILIZADO	30
11. DEPÓSITOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	31
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32
13. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS.....	36
14. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS.....	36
15. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS	36
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	37
17. RENDAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL	38
18. DESPESA DE PESSOAL	38
19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	39
20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	39
21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	39
22. DESPESAS TRIBUTÁRIAS.....	40
23. PARTES RELACIONADAS.....	40
24. GERENCIAMENTO DE RISCO.....	42
25. ÍNDICE DE BASILEIA	44
26. OUTROS ASSUNTOS	45
27. EVENTOS SUBSEQUENTES	45

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21. Esses instrumentos foram adquiridos com o propósito de não serem negociados de forma frequente e a Administração possui a intenção e a capacidade de mantê-los até seus respectivos vencimentos.

Avaliação do Resultado

No semestre findo em 30 de junho de 2026, as operações de crédito e arrendamento mercantil atingiram o montante de R\$ 14.210 milhões. O Patrimônio Líquido atingiu R\$ 2.922 milhões e os Ativos totalizaram R\$ 18.036 milhões. O índice de Basileia em 30 de junho de 2026 foi de 19,43%.

Gerenciamento de Riscos Corporativos

Em conformidade com nossas políticas internas, conjuntamente com as diretrizes estabelecidas pela nossa matriz em Forth Worth – Texas, EUA, o Banco GM S.A., possui estrutura de gestão de riscos voltada para as melhores práticas internacionais e atendimento das exigências dos agentes reguladores locais. Neste sentido, o Banco conta com políticas de gerenciamento de riscos e procedimentos de controle e monitoramento contínuo, e de forma independente das áreas de negócio, permitindo o estabelecimento de uma cultura sólida de administração de riscos.

As informações sobre a estrutura de gerenciamento dos riscos encontram-se disponíveis em nosso portal www.chevrolet.com.br, e são distribuídas ao público de relacionamento do Banco.

Ouvidoria

Trata-se de um canal de comunicação entre o Banco e seus clientes, que tem por objetivo a busca contínua do aperfeiçoamento e melhoria dos produtos, serviços e atendimento oferecidos, em conformidade com as Resoluções CMN nº 4.860/20 e nº 4.859/20.

São Paulo, 24 de agosto de 2026.

A Administração.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento ao disposto no Art. 15, da Resolução CMN nº 4.910/21, divulgamos o resumo do relatório semestral do Comitê de Auditoria, juntamente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do conglomerado econômico-financeiro da GM Financial, composto por Banco GM S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

O período de referência do documento é o semestre findo em 30 de junho de 2026.

O Comitê de Auditoria foi instalado em 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GM S.A. e atua como órgão único para a GM Financial.

As reuniões do Comitê de Auditoria com a auditoria independente, com a auditoria interna e com a diretoria da instituição ocorreram em 20 de março de 2026 e em 24 de agosto de 2026 tendo o conteúdo de tais encontros devidamente formalizados em atas.

Na reunião de 24 de agosto de 2026, o Comitê de Auditoria avaliou as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 30 de junho de 2026 sem que se tenham registrado observações relevantes em relação a esses documentos.

Na ocasião, o Comitê de Auditoria também assumiu a responsabilidade pela avaliação dos seguintes documentos:

- Relatório semestral qualitativo e quantitativo referente às atividades desenvolvidas pela ouvidoria (data-base 30 de junho de 2026), conforme determinações da Resolução nº 4.860/20 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução do Banco Central nº 28/2020;

Em termos de efetividade das auditorias independentes, o Comitê de Auditoria considera que os trabalhos foram desempenhados de maneira satisfatória, estando adequados à complexidade e ao porte da instituição.

Ao longo do primeiro semestre de 2026, o Comitê de Auditoria acompanhou a condução dos trabalhos realizados pela auditoria interna cumprindo o plano estabelecido para o semestre. A avaliação resultou positiva em termos de cobertura e de qualidade.

As recomendações feitas pelos auditores independentes e internos foram integralmente atendidas por meio de proposição de planos de ação corretivos, com designação de responsáveis pela(s) implementação(ões) e data de conclusão esperada.

Não houve, portanto, recomendação que não tenha sido acatada no período.

Não há razões que nos levem a crer que a Diretoria adotará postura distinta em relação às eventuais recomendações que podem resultar dos trabalhos da auditoria independente a serem brevemente informadas à Diretoria para conhecimento e ação.

Por fim, os trabalhos das auditorias independente e interna não trouxeram ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência de riscos residuais que pudessem afetar a solidez e a continuidade da GM Financial.

Ao longo do primeiro semestre de 2026, não se identificaram instâncias que potencialmente afetassem a objetividade e a independência das equipes de auditoria.

No que se refere à avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria entendeu que os controles e procedimentos aplicados são eficazes e conferem transparência e confiabilidade às demonstrações financeiras da GM Financial, aprovando, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. referentes à data-base de 30 de junho de 2026.

São Paulo, 24 de agosto de 2026.



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos

Administradores e Acionistas do
Banco GM S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco GM S.A. em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.



**Shape the future
with confidence**

1. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A diretoria exerce julgamento significativo para fins da determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 30 de junho de 2026 o saldo bruto de operações de crédito é de R\$ 14.210.383 mil, para o qual foi constituída provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R\$ 437.050 mil.

Consideramos essa área como significativa em função: (i) da relevância do saldo de operações de crédito, sujeitas à avaliação de perda; (ii) da situação econômica do País e do mercado em que os tomadores de crédito estão inseridos; (iii) do julgamento aplicado pela diretoria em relação a classificação dos créditos nos estágios previstos na norma contábil aplicável para a avaliação de nível de provisionamento, bem como na determinação da provisão necessária mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam várias premissas, recuperação e realização das garantias; (iv) do processo de reconhecimento da receita de juros com as operações de crédito; entre outros.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pela diretoria, relacionados com: (i) a originação das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) a mensuração da provisão para perda esperada, que consideram base de dados, modelos e premissas adotadas pela diretoria; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão de perda com risco de crédito, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto da data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total da base de dados com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os empréstimos e recebíveis e provisão para perdas sobre crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Divulgação e provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa 15, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Em 30 de junho de 2026, o saldo de provisão para contingências prováveis é de R\$ 1.015.559 mil.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da diretoria do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros.



**Shape the future
with confidence**

Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, consideramos esse assunto relevante para o processo de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco para 30 de junho de 2026 e confronto dos prognósticos de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Analisamos as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais o Banco é parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, na nota explicativa 15 às demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria executados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as probabilidades de perdas, as estimativas de valores, as provisões e divulgações preparadas pela diretoria, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'H. Furtado', is written over the printed name and registration number.

Henrique Furtado Maduro
Contador CRC SP-291892/O

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025

(Em milhares de reais)

ATIVO		Jun/2026	Dez/2025
CIRCULANTE	Nota	8.595.367	8.088.116
Disponibilidades	4	15	11
Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado e arrendamento	5	8.082.163	7.738.614
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		704.904	527.896
Operações de Crédito		7.341.402	7.174.427
Operações de Crédito - Setor Privado		7.030.796	7.174.427
Operações de Crédito – Vinculadas à Cessão		310.606	-
Operações de Arrendamento Mercantil		73.958	63.977
Operações de Arrendamento - Setor Privado		73.958	63.977
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6	(38.101)	(27.686)
(-) Operações de Crédito		(38.100)	(27.684)
(-) Operações de Arrendamento Mercantil		(1)	(2)
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado		162.166	-
Títulos e Valores Mobiliários	5	162.166	-
Outros Ativos		351.023	349.491
Diversos	7	131.585	104.561
Ativo Fiscal Corrente	7	184.195	213.045
Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda	8a	24.909	27.106
Despesas Antecipadas	8b	10.334	4.779
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		8.252.183	8.160.618
Ativos Financeiros mensurados ao custo amortizado e arrendamento	5	6.396.074	6.351.939
Operações de Crédito		6.772.738	6.657.885
Operações de Crédito - Setor Privado		6.772.738	6.657.885
Operações de Arrendamento Mercantil		22.285	33.661
Operações de Arrendamento - Setor Privado		22.285	33.661
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6	(398.949)	(339.607)
(-) Operações de Crédito		(398.941)	(339.599)
(-) Operações de Arrendamento Mercantil		(8)	(8)
Outros Ativos		1.095.613	1.067.423
Diversos	7	1.093.802	1.065.456
Despesas Antecipadas	8b	1.811	1.967
Ativo Fiscal Diferido	7	760.496	741.256
PERMANENTE		1.188.395	984.648
Investimentos		1.126.645	918.305
Participações em Controladas no País	9	1.126.645	918.305
Imobilizado de Uso	10	61.750	66.343
Outras Imobilizações de Uso		89.567	89.902
(-) Depreciações Acumuladas		(27.817)	(23.559)
TOTAL DO ATIVO		18.035.945	17.233.382

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Continuação

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro 2025
(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	Jun/2026	Dez/2025
CIRCULANTE		7.813.793	7.279.248
Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado	11	7.234.671	6.978.624
Depósitos		5.595.543	5.023.324
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras		1.626.112	1.947.890
Arrendamento		13.016	7.410
Outras Obrigações		579.122	300.624
Obrigações Fiscais Correntes	14	92.794	116.470
Diversas	13	486.328	184.154
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		7.300.083	7.309.393
Passivos Financeiros mensurados ao custo amortizado	11	5.994.624	6.049.319
Depósitos		1.092.921	1.515.009
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras		4.858.714	4.481.059
Arrendamento		42.989	53.251
Provisões	15	1.015.558	983.176
Obrigações Fiscais Diferidas	14	289.901	276.898
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.922.069	2.644.741
Capital	16a	2.016.479	2.016.479
De Domiciliados no País		2.016.471	2.016.471
De Domiciliados no Exterior		8	8
Reserva de Lucros	16c	905.590	628.262
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		18.035.945	17.233.382

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por ação)

	Nota	Jun/2026	Jun/2025
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.405.201	1.292.472
Operações de Crédito	17	1.350.929	1.231.371
Operações de Arrendamento Mercantil	17	7.533	5.347
Rendas com Aplicações Financeiras	5b	37.787	42.168
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	5c	8.952	13.586
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.041.035)	(875.175)
Operações de Captações no Mercado	11c	(852.710)	(752.724)
Operações de Vendas ou Transferência de Ativos Financeiros		(20.533)	(29.782)
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(167.792)	(92.669)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		364.166	411.687
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(5.805)	(134.389)
Rendas de Prestação de Serviços		60.073	56.213
Despesas de Pessoal	18	(126.757)	(108.578)
Outras Despesas Administrativas	19	(147.448)	(168.461)
Despesas Tributárias	22	(34.293)	(31.216)
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	208.340	69.392
Outras Receitas Operacionais	20	97.532	97.248
Despesas com Provisões	15b	(35.568)	(32.951)
Outras Despesas Operacionais	21	(27.684)	(16.036)
RESULTADO OPERACIONAL		358.361	282.908
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		650	3.744
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		359.011	286.652
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12b	(58.808)	(88.946)
Provisão para Tributos Correntes		(66.209)	(81.437)
Provisão para Tributos Diferidos		(13.003)	(11.985)
Ativo Fiscal Diferido		20.404	4.476
PARTICIPAÇÃO NO LUCRO		(22.875)	(18.143)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		277.328	179.563
Atribuível à Controladora		277.327	179.562
Atribuível aos Não Controladores		1	1
Quantidade de ações		1.141.400.925	1.141.400.925
RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,24	0,16

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Jun/2026	Jun/2025
Resultado Líquido do Período	277.328	179.563
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	277.328	179.563
Atribuível à Controladora	277.327	179.562
Atribuível aos Não Controladores	1	1

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Legal	Outras		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		2.016.479	233.346	341.447	-	2.591.272
Efeito Adoção Inicial Res. CMN nº 4.966/21 e 4.975/21	2	-	-	-	11.398	11.398
Resultado Líquido do Período		-	-	-	179.563	179.563
Destinação do Lucro:						
Reserva Legal	16c	-	8.978	-	(8.978)	-
Reservas de Lucro	16c	-	-	181.983	(181.983)	-
Juros sobre o Capital Próprio	16b	-	-	-	-	-
Dividendos	16b	-	-	-	-	-
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2025		2.016.479	242.324	523.430	-	2.782.233
Mutações do período		-	8.978	181.983	-	190.961
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		2.016.479	253.404	374.858	-	2.644.741
Resultado Líquido do Período		-	-	-	277.328	277.328
Destinação do Lucro:						
Reserva Legal	16c	-	13.866	-	(13.866)	-
Reservas de Lucro	16c	-	-	263.462	(263.462)	-
Juros sobre o Capital Próprio	16b	-	-	-	-	-
Dividendos	16b	-	-	-	-	-
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2026		2.016.479	267.270	638.320	-	2.922.069
Mutações do Período		-	13.866	263.462	-	277.328

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	Jun/2026	Jun/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Líquido Ajustado		<u>1.192.171</u>	<u>1.071.395</u>
Resultado Líquido do Período		277.328	179.563
Depreciações e Amortizações Imobilizado em Uso	10	5.645	4.503
Depreciações e Amortizações Imobilizado Arrendamento		25.740	18.850
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação	3f	16.131	13.473
Outras Despesas de Arrendamento		5.002	7.636
Resultado na Alienação de Imobilizado de Uso	10	7	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	(208.340)	(69.392)
Resultado na Alienação de Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda		4.103	(1.928)
Provisões Para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		167.792	92.669
Atualizações de Depósitos Judiciais em Garantia	20	(37.722)	(33.079)
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5b	(8.952)	(13.586)
Juros apropriados de Depósitos		397.381	345.443
Juros apropriados de Obrigações por emissão de Letras Financeiras		453.687	405.347
Provisão para Riscos e Obrigações Legais	15b	35.568	32.950
Tributos Diferidos	12b	(7.401)	7.509
Provisão para Tributos Correntes	12b	66.209	81.437
Variação de Ativos e Obrigações		(1.009.452)	(1.447.084)
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários		(153.214)	-
(Aumento) Redução em Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil		(425.341)	1.306.238
(Aumento) Redução em Outros Ativos		42.121	81.903
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas		(5.399)	(3.465)
(Aumento) Redução em Ativos Não Financeiros Mantidos à Venda		(1.906)	(2.702)
Aumento (Redução) em Depósitos		157.563	(2.326.963)
Aumento (Redução) em Obrigações por emissão de Letras Financeiras		(106.556)	212.500
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		225.293	(98.190)
Pagamento de riscos e obrigações legais		(3.186)	(4.782)
Juros Pagos de Depósitos		(404.813)	(277.676)
Juros Pagos de Obrigações por emissão de Letras Financeiras		(291.254)	(264.949)
Imposto de renda e Contribuição Social pagos		(42.760)	(68.997)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais		<u>182.730</u>	<u>(375.689)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Alienação de Imobilizado de Uso	10	3.499	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	10	(3.164)	(8.594)
Recebimento de Dividendos	9	-	79.992
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento		<u>335</u>	<u>71.398</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento (Redução) em Arrendamento		<u>(6.042)</u>	<u>9.108</u>
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades de financiamento		<u>(6.042)</u>	<u>9.108</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) NAS ATIVIDADES			
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		<u>527.907</u>	<u>697.701</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos		704.919	402.518
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>177.012</u>	<u>(295.183)</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco GM S.A., com sede administrativa na Avenida das Nações Unidas, nº 12.495, São Paulo -SP, Brasil, é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras de crédito, financiamento, investimento e arrendamento mercantil. As atividades operacionais concentram-se principalmente no financiamento de veículos para consumidores, no financiamento de veículos e peças para concessionárias da rede Chevrolet e na concessão de capital de giro à rede autorizada.

O Banco tem como controladora final a General Motors Company, empresa com ações listadas na bolsa de Nova York e situada em Detroit – Michigan, Estados Unidos. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo GM Financial, as quais atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09, além das normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

A partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 02/20 foram incluídas, nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*. As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do período imediatamente anterior e as demais as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

A Resolução CMN nº 4.975/21 e Resolução BCB nº. 283/23 com início de vigência em 1º de janeiro de 2025, dispõem sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil, no qual as instituições devem observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2), no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil seja tanto no papel de arrendadora, quanto no de arrendatária.

A Resolução CMN nº 4.966/21 foi adotada na mesma data e alterou a classificação, reconhecimento e mensuração dos instrumentos financeiros. O Banco classifica os instrumentos financeiros com base no modelo de negócio aprovado pela Administração, para gestão de ativos e passivos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa. A classificação e seus efeitos sobre a posição patrimonial e financeira estão demonstrados nas Notas 5 e 6.

Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

- a) CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- b) CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis – homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- c) CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- d) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- e) CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- f) CPC 06 (R2) – Arrendamentos - homologado pela Resolução CMN nº 4.975/21;
- g) CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- h) CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- i) CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- j) CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes homologados pela Resolução CMN nº 3.823/09;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

- k) CPC 27 – Ativo Imobilizado homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- l) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.877/20;
- m) CPC 41 – Resultado por ação – homologado pela Resolução CMN nº 4.818/20;
- n) CPC 46 – Mensuração do Valor Justo – homologado pela Resolução CMN nº 4.924/21;
- o) CPC 47 – Receita de contrato com cliente – homologado parcialmente pela Resolução CMN nº 4.924/21.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 24 de agosto de 2026.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

a) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da perda esperada associada ao risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 03 (R2), são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido de variações monetárias e juros contratados. Quando o valor de realização de um determinado ativo for inferior ao valor registrado contabilmente, é registrada provisão para ajuste deste ativo ao seu respectivo valor de realização.

d) Ativo circulante e realizável a longo prazo

Os ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias “*pro rata temporis*” e cambiais incorridos, auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável.

e) Instrumentos Financeiros**i. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado**

Os ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e os custos de transação são reconhecidos diretamente no resultado do período. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são avaliados periodicamente pelo valor justo, com os ganhos e perdas decorrentes da variação no valor justo reconhecidos diretamente no resultado do período em que ocorrem.

ii. Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes

Os ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) são instrumentos de dívida que atendem aos critérios do modelo de negócios cujo objetivo é tanto receber fluxos de caixa contratuais quanto vender os ativos financeiros, e cujos fluxos de caixa são exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

Esses ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo valor justo, sendo que os ganhos e perdas não realizados decorrentes da variação no valor justo são reconhecidos em outros resultados abrangentes, em vez de serem levados diretamente ao resultado do período. Os juros auferidos, calculados com base na taxa efetiva de juros, são reconhecidos no resultado como receita financeira. Quando da baixa do ativo financeiro, os ganhos ou perdas acumuladas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

iii. Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado

Os ativos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado quando atendem simultaneamente aos critérios onde o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Esses ativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando

o método da taxa efetiva de juros alternativo, que consiste no reconhecimento proporcional às receitas contratuais, conforme as características do contrato.

Os rendimentos auferidos são reconhecidos no resultado como receita financeira, com base na taxa efetiva de retorno do ativo. Eventuais perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas com base no modelo de perda esperada de crédito.

iv. Operações de arrendamento mercantil

Um contrato de arrendamento é classificado como arrendamento financeiro quando transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo para o arrendatário. Essa avaliação é feita no início do contrato.

Na data de início do arrendamento, o arrendador reconhece um ativo financeiro equivalente ao investimento líquido no arrendamento, que corresponde ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento a receber, acrescido do valor residual garantido.

O arrendamento é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros implícita no arrendamento. A receita é reconhecida ao longo do prazo do contrato, refletindo uma taxa de retorno constante sobre o saldo remanescente da operação.

v. Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.966/21, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo semestre seja improvável de ocorrer;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

O registro contábil da venda ou transferência de ativos financeiros classificados na categoria operações com retenção substancial de riscos e benefícios é realizado da seguinte maneira: (i) o ativo financeiro, objeto da venda ou transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo; (ii) os valores recebidos na operação são registrados no ativo em contrapartida com o passivo referente à obrigação assumida; (iii) as receitas e despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, mensalmente.

Vi. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Companhia adota o modelo completo de perda esperada de crédito para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21.

Esse modelo aplica-se a ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e créditos a liberar que não sejam canceláveis incondicionalmente pela instituição.

A mensuração da perda esperada é baseada em um modelo de três estágios, conforme o nível de deterioração do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A estimativa da perda esperada incorpora informações históricas de inadimplência, dados atuais sobre a situação financeira da contraparte; projeções macroeconômicas e cenários múltiplos ponderados por probabilidade.

A Companhia utiliza modelos coletivos para mensuração da perda esperada em carteiras homogêneas, para operações de varejo, conforme permitido pela norma.

Conforme previsto na Resolução BCB nº 352/23, a companhia deve mensurar também a perda incorrida das operações, considerando essa um componente da perda esperada e deve ser aplicada apenas sobre ativos financeiros inadimplidos, com atraso superior a 90 dias. A perda incorrida deve corresponder ao valor resultante da aplicação de percentuais definidos no Anexo I da resolução, observados os períodos de atraso e as carteiras, sobre o valor contábil bruto do ativo.

Vii. Critérios para recuperação de crédito

Em conformidade com os critérios estabelecidos para avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros, um instrumento financeiro anteriormente classificado como ativo com problema de recuperação de crédito é reavaliado e descaracterizado dessa condição, com base nos seguintes fatores:

Inexistência de Parcelas Vencidas: O ativo não apresenta parcelas vencidas, sejam elas referentes ao principal ou aos encargos, evidenciando regularidade nos pagamentos.

Manutenção de Pagamentos Tempestivos: Foi observado o pagamento pontual do principal e dos encargos por período suficiente para demonstrar melhora significativa na capacidade financeira da contraparte. Esse comportamento indica que a contraparte retomou sua capacidade de honrar suas obrigações de forma consistente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

Cumprimento das Obrigações Contratuais: Além dos pagamentos, a contraparte tem cumprido todas as demais obrigações contratuais por período igualmente suficiente, reforçando a evidência de recuperação financeira.

f) Ativo permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- Participação em sociedades controladas, avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- Depreciação do imobilizado calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: sistema de processamento de dados e transportes - 20% e demais contas - 10%.

Com o objetivo de observar o regime de competência, o Banco constituiu, no semestre findo em 30 de junho de 2026, provisão para insuficiência de depreciação no montante de R\$ 16.131, classificada em despesa de arrendamento mercantil, e apresentava insuficiência de depreciação em 30 de junho de 2026 de R\$ 66.875, classificada no imobilizado de arrendamento, equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 27 e a Resolução CMN nº 4.535/16.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h) Passivo circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "*pro rata temporis*" e cambiais incorridos.

i) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2026, baseadas nos critérios definidos na Instrução Normativa BCB nº 319/2022 e na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 25.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível são divulgados exclusivamente em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

j) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IRPJ é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre). A provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro real. É também constituída provisão para imposto de renda diferido sobre a superveniência de depreciação, as receitas de atualização dos depósitos judiciais, e créditos tributários de IRPJ e a CSLL diferidos sobre diferenças fiscais temporárias e prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes.

k) Partes Relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

l) Apuração de resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “*pro rata temporis*” para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil vencidas há mais de 90 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações de arrendamento mercantil são apuradas pelo regime de competência e segundo a Portaria Ministério da Fazenda nº 140/84, que considera:

- As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pela exigibilidade das contraprestações no ano; e
- O ajuste do valor presente das operações de arrendamento mercantil.

m) Resultado não Recorrente

De acordo com os critérios estabelecidos na resolução BCB nº 02/2020, a instituição deve evidenciar em nota explicativa, a natureza e o efeito financeiro dos eventos que deram origem ao resultado não recorrente devem ser evidenciados em notas explicativas.

O Banco avalia a ocorrência de eventos não recorrentes em todas as rubricas de resultado. Quando existentes, tais eventos são divulgados nas respectivas notas explicativas. No período, somente a nota explicativa 21 apresentaram eventos classificados como não recorrentes, não tendo sido identificados eventos dessa natureza nas demais rubricas de resultado.

4. DISPONIBILIDADES

Disponibilidades de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	Jun/2026	Dez/2025
Disponibilidades em Moeda Nacional	15	11
Total	15	11

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ARRENDAMENTO

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, a partir de 01/01/2025, os instrumentos financeiros do Banco passaram a ser classificados e mensurados conforme os critérios estabelecidos pela nova regulamentação. Não houve alterações nas categorias de mensuração dos instrumentos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

a) Instrumentos Financeiros - Classificação por Categorias

Os ativos financeiros estão abaixo demonstrados conforme definidos no modelo de negócios do Banco, para a gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa desses ativos nas seguintes categorias:

Categoria custo amortizado: Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e as Operações de crédito e de Arrendamento Mercantil, cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa futuros contratualmente previstos, contemplando os pagamentos de principal e juros em datas especificadas.

Categoria valor justo por meio de resultado: incluem debêntures e cotas de FIDC mantidas em modelo de negócios cujo objetivo é a obtenção de ganhos por negociação, gestão ativa ou valorização econômica. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações de valor reconhecidas diretamente no resultado do período.

Abaixo a categoria de mensuração e o valor contábil nos períodos findos em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

	Jun/2026	Dez/2025
Ativos financeiros ao Custo Amortizado e Arrendamento ¹	14.478.237	14.090.553
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	704.904	527.896
Revendas a Liquidar - Posição Bancada	704.904	527.896
Operações de Crédito	13.677.100	13.465.029
Empréstimos	404.013	110.860
Financiamentos – Operações de Atacado	13.273.087	13.354.169
Arrendamento Financeiro	96.233	97.628
Ativos financeiros ao Valor Justo por meio do resultado	162.166	-
Títulos e Valores Mobiliários - Debêntures Classe Subordinada	111.176	-
Títulos e Valores Mobiliários – Cotas de Fundos de Investimento	50.990	-
Total	14.640.404	14.090.553

¹ Os montantes estão líquidos das perdas esperadas.

b) Composição da Carteira de Operações Compromissadas e Títulos e Valores Mobiliários

	Jun/2026	Dez/2025
Aplicação de Mercado Aberto – LFT	324.904	527.896
Aplicação de Mercado Aberto – NTN	380.000	-
Total	704.904	527.896

No semestre foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 37.787 (R\$ 42.168 em 30 de junho de 2025).

	Jun/2026	Dez/2025
Debêntures Classe Subordinada (i)	111.176	-
Cotas de Fundos de Investimento (ii)	50.990	-
Total	162.166	-

No semestre foi apropriada ao resultado receita no montante de R\$ 8.952 e despesa de ajuste a valor justo R\$ 6.786

(i) Debêntures Financeiras Subordinadas da Vert Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

O Banco detém integralmente as Debêntures da 2ª Série (Subordinadas) da 11ª emissão de debêntures da Vert Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ("Vert"), representando a parcela subordinada da estrutura de securitização. As Debêntures da 1ª Série (Sênior) foram objeto de distribuição a investidores profissionais.

A operação foi estruturada com o objetivo de viabilizar a securitização de direitos creditórios originados pelo Banco GM, decorrentes de operações de financiamento *Floor Plan* concedidas à rede de concessionárias Chevrolet para aquisição de veículos novos. Por meio da cessão desses direitos creditórios à securitizadora, foi constituído patrimônio separado submetido ao regime fiduciário, destinado exclusivamente ao atendimento das obrigações da emissão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

Os direitos creditórios cedidos correspondem a financiamentos concedidos a concessionárias autorizadas no âmbito do programa *Floor Plan* e são vinculados à emissão por meio de patrimônio segregado, observadas as regras de elegibilidade, monitoramento de lastro, cobrança e controle previstas na escritura de emissão. A estrutura também contempla mecanismos de proteção, incluindo subordinação mínima de 25%, fundo de reserva, fundo de despesas e procedimentos de recomposição da razão de subordinação.

O Banco participa como único investidor subordinado, mantendo exposição integral aos riscos e benefícios econômicos dos ativos securitizados. As Debêntures Subordinadas não possuem remuneração prefixada ou atrelada a índices de mercado, sendo sua rentabilidade vinculada ao desempenho econômico da carteira de direitos creditórios que compõe o patrimônio separado da emissão.

Além de absorver inicialmente eventuais perdas decorrentes de inadimplência ou deterioração dos ativos subjacentes, a tranche subordinada atua como mecanismo de suporte de crédito (*credit enhancement*) para os investidores da série sênior. Após a liquidação integral das Debêntures Seniores, incluindo principal, remuneração e demais obrigações da emissão, os fluxos remanescentes do patrimônio separado passam a ser destinados aos detentores das Debêntures Subordinadas, na forma de amortização, resgate e eventual prêmio residual previsto na escritura.

Adicionalmente, a estrutura prevê mecanismo de revolvência, permitindo que os recebimentos dos direitos creditórios sejam reinvestidos na aquisição de novos créditos elegíveis durante o período de alocação da operação, reforçando o vínculo econômico do Banco com o desempenho contínuo da carteira securitizada.

Dessa forma, embora os ativos financeiros sejam formalmente transferidos à securitizadora, o Banco permanece substancialmente exposto aos riscos de crédito, inadimplência, pré-pagamento, recuperação de crédito e demais variações econômicas relacionadas à carteira de financiamentos *Floor Plan*, uma vez que a retenção integral da classe subordinada faz com que os riscos e benefícios relevantes da estrutura permaneçam economicamente concentrados no Banco.

(ii) Cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais Top Partners

O Banco é o único cotista do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Recebíveis Comerciais Top Partners – Responsabilidade Limitada (“FIDC Top Partners”), constituído sob a forma de condomínio fechado e regulado pela Resolução CVM nº 175/2022.

O FIDC foi estruturado com o objetivo de adquirir direitos creditórios originados pela General Motors do Brasil Ltda., decorrentes da venda a prazo de veículos novos à rede de concessionárias Chevrolet. Por meio dessa estrutura, o Fundo realiza o desconto dos recebíveis comerciais da montadora perante as concessionárias autorizadas, proporcionando antecipação de caixa à Cedente e transferência dos direitos creditórios ao veículo de investimento.

Conforme previsto em seu regulamento, os direitos creditórios são cedidos ao Fundo em caráter definitivo, sem direito de regresso e sem coobrigação da Cedente quanto ao pagamento ou à solvência dos devedores. Dessa forma, após a cessão, os riscos e benefícios econômicos associados aos recebíveis são integralmente transferidos ao Fundo, permanecendo o retorno do investimento sujeito à capacidade de pagamento das concessionárias devedoras.

O FIDC tem como objeto principal a aquisição de direitos creditórios performados oriundos da comercialização de veículos pela General Motors do Brasil Ltda. à sua rede de concessionárias, podendo manter recursos remanescentes temporariamente aplicados em investimentos de liquidez permitidos pelo regulamento. O Fundo possui gestão especializada, custódia independente e mecanismos de monitoramento, cobrança e verificação periódica dos ativos integrantes da carteira.

A estrutura foi desenhada para funcionar como mecanismo de securitização dos recebíveis comerciais da montadora, sendo o Banco o beneficiário econômico dos fluxos gerados pelos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo na qualidade de único cotista.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

c) Composição de Carteiras de Operações de Crédito

	Jun/2026	Dez/2025
Empréstimos	404.013	110.860
Empréstimos - Capital de Giro	94.648	110.860
Direitos Creditórios Descontados	309.365	-
Financiamentos	13.273.087	13.354.169
Crédito Direto ao Consumidor – CDC	12.461.494	11.964.487
Floor Plan ¹	811.593	1.389.682
Total	13.677.100	13.465.029

¹ Financiamento de veículos e peças para a rede de concessionários Chevrolet.

d) Composição de Carteiras de Operações de Crédito por Região Geográfica

	Jun/2026	Dez/2025
Centro-Oeste	1.531.770	1.492.283
Nordeste	2.786.913	2.752.717
Norte	1.853.852	1.682.562
Sudeste	4.709.453	4.728.744
Sul	2.795.112	2.808.723
Total	13.677.100	13.465.029

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ARRENDAMENTO – RISCO DE CRÉDITO

a) Ativos Financeiros – Classificação por Estágios de Risco de Crédito

O Banco avalia a perda de crédito esperada associada aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de resultado, aplicando a abordagem de três estágios para demonstrar as mudanças no risco de crédito. A classificação por estágio e a metodologia de provisionamento estão definidas com base em modelo interno do Banco, sendo:

Estágio 1: Ativos com risco de crédito não deteriorado significativamente. A provisão é calculada com base na perda esperada em 12 meses.

Estágio 2: Ativos com aumento significativo no risco de crédito. A provisão é baseada na perda esperada durante toda a vida do ativo.

Estágio 3: Ativos com evidência objetiva de perda (inadimplência). A provisão também considera a perda esperada durante toda a vida, com reconhecimento separado da receita financeira.

	Jun/2026			
Saldo Contábil Bruto	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	704.904	-	-	704.904
Operações de Crédito	13.204.787	511.699	397.654	14.114.140
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	387.922	6.828	12.829	407.579
Financiamentos	12.816.865	504.871	384.825	13.706.561
Arrendamento Financeiro	96.243	-	-	96.243
Total	14.005.934	511.699	397.654	14.915.287

	Dez/2025			
Saldo Contábil Bruto	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	527.896	-	-	527.896
Operações de Crédito	13.076.726	468.295	287.291	13.832.312
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	107.915	6.351	-	114.266
Financiamentos	12.968.811	461.944	287.291	13.718.046
Arrendamento Financeiro	97.638	-	-	97.638
Total	13.702.260	468.295	287.291	14.457.846

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

b) Ativos Financeiros – Classificação por Carteiras de Provisão

A classificação nas carteiras é prevista na Resolução BCB nº 352/23 e considera o tipo de operação e suas garantias, sendo C1 operações com menor grau risco e garantias mais eficazes e C5 operações com maior grau de risco e garantias menor eficazes ou sem garantias.

Jun/2026							
	C1	C2	C3	C5	Saldo Contábil	Provisão	% PD/LGD
Não Problemáticos	14.789	13.337.920	1.089.865	75.058	14.517.632	209.152	1,44%
De 0 a 14 dias de atraso	14.789	12.751.259	1.089.863	75.058	13.930.969	127.792	0,92%
De 15 a 30 dias de atraso	-	328.238	2	-	328.240	23.322	7,11%
De 31 a 60 dias de atraso	-	178.836	-	-	178.836	32.767	18,32%
De 61 a 90 dias de atraso	-	79.587	-	-	79.587	25.270	31,75%
Problemáticos Adimplidos	-	42.147	17.803	428	60.378	25.552	42,32%
De 0 a 90 dias de atraso	-	42.147	17.803	428	60.378	25.552	42,32%
Problemáticos Inadimplidos	-	337.277	-	-	337.277	202.346	59,99%
Atraso superior a 90 dias	-	337.277	-	-	337.277	202.346	59,99%
Total	14.789	13.717.344	1.107.668	75.486	14.915.287	437.050	2,93%
Dez/2025							
	C1	C2	C3	C5	Saldo Contábil	Provisão	% PD/LGD
Não Problemáticos	21.586	12.690.216	1.372.676	86.076	14.170.554	194.916	1,38%
De 0 a 14 dias de atraso	21.586	12.235.084	1.372.676	86.076	13.715.422	124.250	0,91%
De 15 a 30 dias de atraso	-	245.731	-	-	245.731	17.511	7,13%
De 31 a 60 dias de atraso	-	141.889	-	-	141.889	30.399	21,42%
De 61 a 90 dias de atraso	-	67.512	-	-	67.512	22.756	33,71%
Problemáticos Adimplidos	-	29.045	-	-	29.045	15.099	51,99%
De 0 a 90 dias de atraso	-	29.045	-	-	29.045	15.099	51,99%
Problemáticos Inadimplidos	-	258.247	-	-	258.247	157.278	60,90%
Atraso superior a 90 dias	-	258.247	-	-	258.247	157.278	60,90%
Total	21.586	12.977.508	1.372.676	86.076	14.457.846	367.293	2,54%

c) Provisão para Perda Esperada – Classificação por Estágios de Risco de Crédito

Jun/2026					
Estágios	Saldo Contábil	Perda Incorrida	Perda Esperada	Provisão Total	% PD/LGD
1	14.005.934	-	111.256	111.256	0,79%
2	511.699	-	97.895	97.895	19,13%
3	397.654	168.297	59.602	227.899	57,31%
Total	14.915.287	168.297	268.753	437.050	2,93%
Dez/2025					
Estágios	Saldo Contábil	Perda Incorrida	Perda Esperada	Provisão Total	% PD/LGD
1	13.702.260	-	106.464	106.464	0,78%
2	468.295	-	88.452	88.452	18,89%
3	287.291	124.057	48.320	172.377	60,00%
Total	14.457.846	124.057	243.236	367.293	2,54%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Jun/2026			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo Inicial	106.464	88.452	172.377	367.293
(+) Novas Operações	44.109	-	-	44.109
Operações com mais de 30 dias de atraso	-	3.634	3.399	7.033
(+/-) Remensuração de risco	69.551	2.120	44.979	116.650
(-) Baixas para prejuízo	-	-	(98.035)	(98.035)
(+/-) Transferências de Estágios	(108.868)	3.689	105.179	-
Entre estágio 1 e 2	(55.631)	55.631	-	-
Entre estágio 1 e 3	(53.237)	-	53.237	-
Entre estágio 2 e 3	-	(51.942)	51.942	-
Saldo Final	111.256	97.895	227.899	437.050

	Dez/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldo Inicial	87.187	55.288	90.229	232.704
(+) Novas Operações	55.288	-	-	55.288
Operações com mais de 30 dias de atraso	-	5.296	137	5.433
(+/-) Remensuração de risco	127.808	9.045	28.840	165.693
(-) Baixas para prejuízo	-	-	(91.825)	(91.825)
(+/-) Transferências de Estágios	(163.819)	18.823	144.996	-
Entre estágio 1 e 2	(81.030)	81.030	-	-
Entre estágio 1 e 3	(82.789)	-	82.789	-
Entre estágio 2 e 3	-	(62.207)	62.207	-
Saldo Final	106.464	88.452	172.377	367.293

A estimativa da perda de crédito esperada envolve o uso de premissas relevantes e a aplicação de modelos quantitativos. A área de risco de crédito é responsável por definir as metodologias utilizadas para mensurar a perda de crédito esperada e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão, conforme definido na Política de Risco de Crédito, a área monitora as tendências observadas na provisão para perda de crédito esperada, além de estabelecer um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear mudanças na provisão, na PD (*probability of default*) ou na LGD (*loss given default*).

A Administração exerce julgamento técnico para avaliar se os valores estimados pelos modelos refletem adequadamente o risco de crédito. Com base em sua experiência, podem ser realizados ajustes adicionais, especialmente em casos específicos de clientes ou em situações temporárias que ainda não estejam capturadas pelos modelos utilizados.

As principais premissas consideradas na estimativa da perda de crédito esperada são:

Definição de critérios para identificar alterações significativas no risco de crédito: O Banco estabelece critérios para identificar aumentos relevantes no risco de crédito de um ativo financeiro desde o seu reconhecimento inicial. Essa avaliação é feita individualmente para ativos específicos e, no caso das carteiras de varejo, também de forma coletiva.

Para a análise coletiva das carteiras de varejo, os ativos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, considerando fatores como dias de atraso, prazo remanescente, entre outros aspectos relevantes. Já nas carteiras de atacado, a avaliação é realizada individualmente embasada em política global da companhia.

No Varejo, o Banco possui 7 grupos homogêneos: 3 grupos no Estágio 1, 3 grupos no Estágio 2 e 1 grupo no Estágio 3.

A reclassificação de um ativo para um estágio anterior ocorre quando há uma redução consistente e sustentável do risco de crédito, evidenciada principalmente por pagamentos recorrentes e pela ausência de acionamento dos gatilhos de deterioração de crédito.

Prazo Contratual Máximo: Para ativos financeiros sem vencimento definido, o Banco estima sua vida útil esperada com base no período em que há exposição ao risco de crédito, considerando os termos contratuais vigentes, incluindo cláusulas de pré-pagamento e possibilidade de renovação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

Informações Prospectivas: O Banco incorpora projeções macroeconômicas e dados públicos, complementados por estimativas internas, para avaliar o impacto dessas informações na mensuração da perda de crédito esperada. O principal indicador utilizado é a inadimplência projetada, que está diretamente relacionada a variáveis como o Produto Interno Bruto (PIB).

A construção dos cenários macroeconômicos envolve riscos e incertezas inerentes ao mercado, podendo resultar em desfechos diferentes dos inicialmente previstos. Para refletir essas possibilidades, o Banco adota cenários ponderados na estimativa da perda de crédito esperada, considerando um horizonte de tempo compatível com a classificação dos ativos em estágios. Esses cenários são revisados anualmente ou sempre que houver mudanças relevantes nas condições de mercado.

7. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO

	Jun/2026	Dez/2025
Depósitos Judiciais ¹	1.093.802	1.065.456
Créditos Tributários - IR e CS (nota 12c)	760.496	741.256
Impostos a Recuperar ²	184.195	213.045
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (nota 23e) ³	61.946	76.857
Devedores Diversos – País ⁴	69.639	27.704
Total	2.170.078	2.124.318
Ativo Circulante	315.780	317.606
Ativo Não Circulante	1.854.298	1.806.712
Total	2.170.078	2.124.318

¹ Refere-se, principalmente, aos depósitos efetuados em ações judiciais (Mandados de Segurança e Ações Anulatórias) para suspender a exigibilidade de tributos que se encontram sob discussão e outros processos judiciais. Os principais tributos depositados judicialmente são Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto Sobre Serviços - ISS, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, cujos montantes correspondentes encontram-se registrados nas rubricas "Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas" (nota 14) e "Provisão para riscos e obrigações legais" (nota 15). Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para riscos e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas 20 e 21, respectivamente).

² Refere-se substancialmente à crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social de anos anteriores no montante de R\$ 136.531 e antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente que juntos somam R\$ 42.801.

³ Refere-se, principalmente, a valor a receber de financiamento da modalidade de "Floor Plan" e CDC junto à General Motors do Brasil Ltda. no valor de R\$ 46.562, e reembolso de despesas administrativas da General Motors Financial Inc. no valor de R\$ 5.685.

⁴ Representados, principalmente, por valores transferidos de operações de crédito para outros ativos, decorrentes dos avisos de recebimentos de parcelas de financiamento CDC, "Floor Plan" e Leasing, creditados em conta corrente no primeiro dia útil subsequente, no montante de R\$ 62.672.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

8. OUTROS ATIVOS – ANTECIPAÇÕES E ATIVOS NÃO FINANCEIROS À VENDA

a) Ativos não financeiros mantidos à venda

Os bens retomados são registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para a redução ao valor recuperado, quantificada com base no valor justo dos respectivos bens.

	Jun/2026	Dez/2025
Bens Não de Uso Próprio	35.113	34.569
Provisão Para Redução ao Valor Recuperável	(10.204)	(7.463)
Total	24.909	27.106

	Jun/2026		
	Saldo Contábil	Provisão	Total
Saldo inicial	34.569	(7.463)	27.106
Veículos Retomados	72.340	(7.356)	64.984
Veículos Vendidos	(71.796)	4.615	(67.181)
Saldo Final	35.113	(10.204)	24.909
	Dez/2025		
	Saldo Contábil	Provisão	Total
Saldo inicial	16.059	(6.534)	9.525
Veículos Retomados	115.909	(13.979)	101.930
Veículos Vendidos	(97.399)	13.050	(84.349)
Saldo Final	34.569	(7.463)	27.106

b) Despesas antecipadas:

	Jun/2026	Dez/2025
Seguros Antecipados ¹	3.701	3.539
Operações Securitizadas ²	7.344	3.207
Operações de Captações Acordados com Corretoras	682	-
Outras Despesas Antecipadas	418	-
Total	12.145	6.746
 Ativo Circulante	 10.334	 4.779
Ativo Não Circulante	1.811	1.967
Total	12.145	6.746

¹ Refere-se a apólices de seguros pagos cujo diferimento perdura até o prazo de vencimento pactuado com a seguradora. Em 30 de junho de 2026 os valores de despesas com seguros representaram R\$ 13.647 (R\$ 11.641 em 30 de junho de 2025) (nota 19).

² Refere-se às tarifas de registro de boleto de operações securitizadas com instituições financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

9. PARTICIPAÇÃO EM CONTROLADAS NO PAÍS

	Jun/2026		
Dados das Controladas	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GM Corretora de Seguros Ltda.	Total
Patrimônio Líquido	1.059.489	67.163	1.126.652
Participação no Capital	99,99%	99,99%	
	Dez/2025		
Dados das Controladas	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GM Corretora de Seguros Ltda.	Total
Patrimônio Líquido	864.179	54.131	918.310
Participação no Capital	99,99%	99,99%	

	Jun/2026		
Movimentação dos Investimentos	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GM Corretora de Seguros Ltda.	Total
Saldo Inicial do Período	864.179	54.126	918.305
Resultado de Equivalência Patrimonial ¹	195.309	13.031	208.340
Saldo Final do Período	1.059.488	67.157	1.126.645

¹ No semestre foi reconhecido na GMAC Administradora créditos tributários de PIS e COFINS.

	Jun/2025		
Movimentação dos Investimentos	GMAC Adm. de Consórcios Ltda.	GM Corretora de Seguros Ltda.	Total
Saldo Inicial do Período	755.897	86.103	842.000
Resultado de Equivalência Patrimonial	45.670	23.723	69.392
Distribuição de dividendos ¹	-	(79.992)	(79.992)
Saldo Final do Período	801.567	29.834	831.400

¹ Em 18 de junho de 2025, foi aprovada a ata da reunião de quotistas da GM Corretora de Seguros Ltda a distribuição de dividendos ao Banco GM no valor total de R\$ 79.992.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

10. ATIVO IMOBILIZADO

	Jun/2026					
	Móveis e Equipamentos	Sistemas de Comunicação	Sistema de Processamento de Dados	Veículos	Direito de Uso	Total
Custo Inicial do Período	3.047	1.971	19.206	354	65.324	89.902
Aquisições	-	45	1.337	-	1.782	3.164
Alienações	-	(12)	-	-	(3.487)	(3.499)
Custo Final do Período	3.047	2.004	20.543	354	63.619	89.567
Depreciação Inicial do Período	(364)	(1.311)	(12.311)	(354)	(9.218)	(23.558)
Adições	(151)	(118)	(1.283)	-	(4.093)	(5.645)
Alienações	-	-	-	-	1.386	1.386
Depreciação Final do Período	(515)	(1.429)	(13.594)	(354)	(11.925)	(27.817)

	Jun/2025					
	Móveis e Equipamentos	Sistemas de Comunicação	Sistema de Processamento de Dados	Veículos	Direito de Uso	Total
Custo Inicial do Período	3.047	1.549	16.598	988	-	22.182
Efeito Adoção Inicial Res. CMN nº. 4.975/21	-	-	-	-	54.481	54.481
Aquisições	-	146	794	-	7.654	8.594
Alienações	-	-	-	-	(3.326)	(3.326)
Custo Final do Período	3.047	1.695	17.392	988	58.809	81.931
Depreciação Inicial do Período	(61)	(1.112)	(10.116)	(986)	-	(12.275)
Efeito Adoção Inicial Res. CMN nº. 4.975/21	-	-	-	-	(7.878)	(7.878)
Adições	(151)	(92)	(1.058)	(2)	(3.201)	(4.504)
Alienações	-	-	-	-	718	718
Depreciação Final do Período	(212)	(1.204)	(11.174)	(988)	(10.361)	(23.939)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

11. DEPÓSITOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição de depósitos e demais instrumentos financeiros

			Jun/2026	
Instrumentos	Indexador	Remuneração	Valor da Operação	Valor Atualizado
Depósitos Interfinanceiros	Pós-Fixado	100,0% a 105,0% do CDI	1.561.000	1.607.596
	Prefixado	14,17% a.a a 15,56% a.a	2.218.000	2.318.175
Total			3.779.000	3.925.771
Depósitos a prazo	Pós-Fixado	95,0% a 110,0% do CDI	1.771.868	1.945.737
	Prefixado	9,62% a.a a 15,95% a.a	751.843	816.956
Total			2.523.711	2.762.693
Letras Financeiras	Pós-Fixado	100,0% do CDI	3.891.000	4.680.492
	Prefixado	10,67% a.a a 14,92% a.a	1.515.000	1.804.334
Total			5.406.000	6.484.826
Passivo de Arrendamento ¹	Prefixado	IPCA	63.618	56.005
Total			63.618	56.005
Total de depósitos e instrumentos financeiros			11.772.329	13.229.295
Passivo Circulante				7.234.671
Passivo Não Circulante				5.994.624
Total				13.229.295

¹ Refere-se a contrato de direito de uso de instalações físicas no montante de R\$ 26.831 e veículos corporativos R\$ 29.174 (Nota 23e), necessários para a operação do Banco.

			Dez/2025	
Instrumentos	Indexador	Remuneração	Valor da Operação	Valor Atualizado
Depósitos Interfinanceiros	Pós-Fixado	100,0% a 105,0% do CDI	2.320.000	2.447.211
	Prefixado	14,47% a.a a 15,56% a.a	1.170.000	1.234.757
Total			3.490.000	3.681.968
Depósitos a prazo	Pós-Fixado	95,0% a 110,0% do CDI	1.712.444	1.807.382
	Prefixado	9,62% a.a a 15,95% a.a	944.015	1.049.759
(-) Custos emissão – Depósitos a prazo			-	(776)
Total			2.656.459	2.856.365
Letras Financeiras	Pós-Fixado	100,0% do CDI	3.901.000	4.615.390
	Prefixado	10,67% a.a a 14,92% a.a	1.615.000	1.816.599
(-) Custos emissão – Letras Financeiras			-	(3.040)
Total			5.516.000	6.428.949
Passivo de Arrendamento ¹	Prefixado	IPCA	65.324	60.661
Total			65.324	60.661
Total de depósitos e instrumentos financeiros			11.727.783	13.027.943
Passivo Circulante				6.978.624
Passivo Não Circulante				6.049.319
Total				13.027.943

¹ Refere-se a contrato de direito de uso de instalações físicas no montante de R\$ 28.890 e veículos corporativos R\$ 31.771 (Nota 23e), necessários para a operação do Banco.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

b) Composição de depósitos e demais instrumentos financeiros por faixas de vencimentos

	Jun/2026				
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima 12 meses	Total
Depósitos Interfinanceiros	603.008	634.327	2.388.131	300.304	3.925.770
Depósitos a prazo	252.336	356.057	1.361.684	792.617	2.762.694
Letras Financeiras	379.193	647.413	599.506	4.858.714	6.484.826
Passivo de Arrendamento	1.572	1.487	9.957	42.989	56.005
Total	1.236.109	1.639.284	4.359.278	5.994.624	13.229.295

	Dez/2025				
	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 a 12 meses	Acima 12 meses	Total
Depósitos Interfinanceiros	1.406.981	895.622	1.379.365	-	3.681.968
Depósitos a prazo	183.915	571.254	584.454	1.517.518	2.857.141
Letras Financeiras	122.867	869.207	958.856	4.481.059	6.431.989
(-) Custos emissão	(313)	(210)	(784)	(2.509)	(3.816)
Passivo de Arrendamento	3.607	1.042	2.761	53.251	60.661
Total	1.717.057	2.336.915	2.924.652	6.049.319	13.027.943

c) Foram apropriadas para o resultado as seguintes despesas de captações:

	Jun/2026	Jun/2025
Letras Financeiras	(453.687)	(405.347)
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	(179.428)	(202.336)
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI	(217.952)	(143.107)
Fundo Garantidor de Créditos - FGC	(1.643)	(1.934)
Total	(852.710)	(752.724)

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Jun/2026		Jun/2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes da Tributação	359.011	359.011	286.652	286.652
Alíquotas	25%	20%	25%	20%
Despesa de Acordo com Alíquotas	(89.753)	(71.802)	(71.663)	(57.330)
Efeito de IR e CS sobre diferenças permanentes				
Participações no lucro e resultado	5.719	4.575	4.536	3.629
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	52.085	41.668	17.348	13.878
Outras adições/exclusões permanentes	(2.945)	(374)	(1.824)	(299)
Total IR e CS Sobre Despesas Permanentes	54.860	45.869	20.060	17.208
Incentivos Fiscais ¹	842	-	1.155	-
Ajuste de imposto corrente período anterior ²	579	585	678	934
Adicional do imposto de renda	12	-	12	-
Total outros efeitos sobre diferenças permanentes	1.433	585	1.845	934
Despesa de IR e CS no Período	(33.460)	(25.348)	(49.758)	(39.188)
Total	(58.808)		(88.946)	

¹ Do total dos incentivos fiscais, R\$ 842 (1.155 em 30 de junho de 2025) refere-se ao Programa de Alimentação do Trabalhador-PAT, conforme disciplinado pelo Decreto 9.580 em seus artigos 641 a 647.

² O ajuste é referente a reversão de reserva de valor de principal em processo judicial de anos anteriores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

b) Composição do “Resultado de imposto de renda e contribuição social”

	Jun/2026		Jun/2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS Correntes Devidos no Período	(38.129)	(28.080)	(46.958)	(36.090)
IR e CS Correntes do Período Anterior	580	584	677	934
Constituição / Realização de Impostos Diferidos:			(3.477)	(4.032)
Provisão Para Operação de Crédito	2.930	2.344	(1.635)	(1.308)
Provisões Para Riscos Fiscais	6.607	5.286	5.965	4.772
Outras Adições Temporárias	369	295	(2.713)	(2.169)
Correção (Reversão) de Depósitos Judiciais	(7.224)	(5.779)	(6.657)	(5.327)
Superveniência de Depreciação	1.408	-	1.563	-
Despesa de IR e CS no Período	(33.459)	(25.349)	(49.758)	(39.188)
Total	(58.808)		(88.946)	

c) Origem dos ativos fiscais diferidos:

	Jun/2026		Dez/2025	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo Fiscal e Base Negativa da CSLL	79.624	-	79.624	-
Adições temporárias:				
Provisão Para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	114.768	91.814	111.838	89.470
Provisão Para Riscos Fiscais	230.614	184.178	224.007	178.892
Insuficiência de Depreciação	16.719	-	15.311	-
Outras Adições Temporárias ¹	23.766	19.013	23.396	18.718
Total de Créditos Tributários IRPJ e CSLL	465.491	295.005	454.176	287.080
Total de Créditos Tributários	760.496		741.256	

¹ Referem-se substancialmente a adições temporárias sobre provisões para riscos cíveis e trabalhistas, MTM e pagamentos de PLR.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

- d) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2026:

	Imposto de Renda		Contribuição Social		
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Valor Contábil	Valor Presente
2026	30.470	-	24.191	54.661	47.944
2027	195.236	(2.151)	147.316	340.402	298.310
2028	68.037	30.060	50.113	148.210	129.690
2029	22.702	31.947	18.162	72.810	63.657
2030	31.931	19.768	25.232	76.931	67.248
2031	29.575	-	23.660	53.235	46.517
2032	3.075	-	2.460	5.535	4.837
2033	2.789	-	2.231	5.020	4.388
2034	89	-	71	159	139
2035	1.962	-	1.570	3.532	3.088
Total	385.866	79.624	295.005	760.496	665.818

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 665.818, calculado com base na taxa Selic projetada para os períodos de realização correspondentes, de acordo com a expectativa de realização dos referidos créditos, projeções orçamentárias do Banco e indicadores econômico-financeiros.

Os créditos tributários foram avaliados para fins de realização tomando-se em consideração a projeção de lucros tributáveis futuros.

As perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas serão excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

e) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

Jun/2026			
	Saldo Inicial	Constituições (Realizações)	Saldo Final
Créditos Tributários			
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	201.308	5.274	206.582
Riscos Fiscais	402.899	11.893	414.792
Insuficiência	15.311	1.408	16.719
Outras Adições Temporárias	42.114	665	42.779
Total de adições temporárias	661.632	19.240	680.872
Créditos de Prejuízo Fiscal	79.624	-	79.624
Total de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	79.624	-	79.624
Total de Créditos Tributários	741.256	19.240	760.496
Obrigações Fiscais Diferidas			
Atualização de Depósitos Judiciais	(276.899)	(13.003)	(289.902)
Total de Créditos s/Diferenças Temporárias (nota 14)	(276.899)	(13.003)	(289.902)
Total Líquido	464.357	6.237	470.594

Jun/2025			
	Saldo Inicial	Constituições (Realizações) ¹	Saldo Final
Créditos Tributários			
Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	206.759	10.737	193.150
Riscos Fiscais	378.303	(2.943)	389.038
Insuficiência	11.376	1.563	12.939
Outras Adições Temporárias	39.027	(14.207)	24.821
Total de adições temporárias	635.465	(4.850)	630.616
Créditos de Prejuízo Fiscal	79.624	-	79.624
Total de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	79.624	-	79.624
Total de Créditos Tributários	715.089	(4.850)	710.240
Obrigações Fiscais Diferidas			
Atualização de Depósitos Judiciais	-	-	-
Total de Créditos s/Diferenças Temporárias (nota 14)	(252.776)	(11.985)	(264.761)
Total Líquido	462.313	(16.835)	445.479

¹ O valor das constituições/realizações líquidas inclui o montante de R\$ 9.325 referente ao ajuste decorrente da adoção inicial das Resoluções CMN nº 4.966/2021 e 4.975/2021. Esse ajuste foi registrado diretamente no patrimônio líquido, conforme previsto nas referidas normas. Em razão dessa contabilização direta no patrimônio líquido, o valor não está refletido na linha de ativo fiscal diferido apresentada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

	Jun/2026	Dez/2025
Obrigações por Operações de Venda e Transferência de Ativos de Crédito ¹	315.956	-
Valores a Pagar de Pessoal	53.359	58.220
Valores a Pagar de Fornecedores Diversos	41.333	45.987
Credores Diversos - País	22.593	45.984
Valor a Pagar de Sociedades Ligadas (nota 23e)	39.039	16.787
Valores a Repassar a Seguradoras	14.048	17.176
Total	486.328	184.154
Passivo Circulante	486.328	184.154
Passivo Não Circulante	-	-
Total	486.328	184.154

¹ Direitos Creditórios VERT Securitizadora

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

	Jun/2026	Dez/2025
Provisão Para Imposto Diferido Sobre Atualização de Depósitos Judiciais (nota 12e)	289.901	276.898
Provisão Para Imposto Sobre o Lucro Corrente - IRPJ e CSLL	66.210	81.004
Outros Impostos Indiretos a Pagar	26.584	35.466
Total	382.695	393.368
Passivo Circulante	92.794	116.470
Passivo Não Circulante	289.901	276.898
Total	382.695	393.368

15. PROVISÃO PARA RISCOS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição de provisão para riscos e obrigações legais

	Jun/2026	Dez/2025
Provisões para Riscos Fiscais	964.705	938.276
Provisões para Riscos Cíveis	36.258	31.204
Provisões para Riscos Trabalhistas	14.595	13.696
Total	1.015.558	983.176

b) Movimentação de provisões para riscos e obrigações legais

	Jun/2026			
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo no Início do Período	938.276	31.204	13.696	983.176
Constituições / (Reversões)	26.429	7.873	1.266	35.568
Valores Pagos no período	-	(2.819)	(367)	(3.186)
Saldo no Final do Período	964.705	36.258	14.595	1.015.558
	Dez/2025			
	Fiscais	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo no Início do Período	883.617	24.438	13.778	921.833
Constituições / (Reversões)	54.659	14.464	4.695	73.818
Valores Pagos no período	-	(7.698)	(4.777)	(12.475)
Saldo no Final do Período	938.276	31.204	13.696	983.176

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

Obrigações Legais

Obrigações Legais: CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação que discute os valores pagos a título de CSLL nos anos-base de 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora. Todas as discussões estão aderidas a anistia da Lei nº 11.941/09.

PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS/COFINS por ser o Banco empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir ao Banco o direito de recolher o PIS/COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso, a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.

Riscos trabalhistas

São ações movidas principalmente por ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base na jurisprudência e no histórico de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro. As ações são controladas individualmente e as indenizatórias são provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

c) Resumo de passivos contingentes – causas classificadas como possíveis:

	Jun/2026		Dez/2025	
	Quantidade de Processos	Montante (R\$)	Quantidade de Processos	Montante (R\$)
Fiscais	265	339.776	263	328.511
Cíveis	236	7.770	256	7.998
Trabalhistas	7	3.933	9	2.658
Total	508	351.479	528	339.167

d) Contingência passiva remota - Dedutibilidade de ágio

Conforme determina o CPC 25, não há obrigatoriedade de constituição de provisão, tão pouco de divulgação de contingências passivas classificadas como remotas, ainda assim, estamos realizando a divulgação, por boas práticas e transparência, que o Banco discute judicialmente a glosa da dedutibilidade de ágio gerado em operação societária ocorrida em 2004 e deduzida nas bases de IRPJ e CSLL nos anos de 2005 a 2009 e 2012, no valor de R\$ 498.792, cuja expectativa de perda dada ao caso por seus assessores legais é remota.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social está representado por 1.141.400.925 quotas expressas no montante de R\$ 2.016.479 sendo R\$ 2.016.471 de domiciliados no país e R\$ 8 de domiciliados no exterior (mesma quantidade e montantes em 31 de dezembro de 2025).

b) Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 não houve pagamentos de valores a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio referente aos resultados líquidos de 2025.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

c) Reservas de Lucros

Em atendimento à Resolução BCB nº 234/22 e com o Estatuto Social do Banco, o lucro líquido do período é destinado às reservas de lucros após as deduções legais aplicáveis.

Reserva Legal

A Reserva Legal é constituída mediante a destinação de 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer outra destinação, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e aumentar a segurança financeira do Banco. A constituição dessa reserva deixa de ser obrigatória quando seu saldo atingir 20% do capital social realizado ou 30% da soma do capital social com as reservas de capital. Em 30 de junho de 2026, foi constituída Reserva Legal no montante de R\$ 13.866 (R\$ 20.058 em 31 de dezembro de 2025), correspondente a 5% do lucro líquido do semestre.

Outras Reservas de Lucros

As demais reservas de lucros são constituídas em conformidade com as disposições estatutárias e societárias aplicáveis, tendo como finalidade principal o fortalecimento da estrutura patrimonial do Banco, o suporte à expansão de suas operações, a manutenção de capital compatível com os riscos assumidos e a retenção de recursos para investimentos e necessidades futuras do negócio.

Em 30 de junho de 2026, o saldo total das reservas de lucros era de R\$ 905.590 (R\$ 628.262 em 31 de dezembro de 2025, composto por Reserva Legal e demais reservas de lucros constituídas em exercícios anteriores.

17. RENDAS COM OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, foram reconhecidas, no resultado, receitas de operações de crédito, conforme demonstrado:

	Jun/2026	Jun/2025
Rendas de Financiamentos	1.342.553	1.224.534
Rendas de Empréstimos	8.376	6.837
Rendas de Arrendamento Mercantil	7.533	5.347
Total	1.358.462	1.236.718

18. DESPESA DE PESSOAL

Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, foram reconhecidas “Despesas de Pessoal”, conforme demonstrado:

	Jun/2026	Jun/2025
Despesas com Proventos	(77.143)	(56.161)
Despesas com Encargos Sociais	(28.078)	(22.190)
Despesas de Benefícios	(21.181)	(19.764)
Outras Despesas de Pessoal	(355)	(144)
Total	(126.757)	(98.259)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A rubrica “Outras despesas administrativas” apresentava a seguinte composição nos períodos:

	Jun/2026	Jun/2025
Recorrente	(147.448)	(168.461)
Despesa com <i>Transfer Pricing</i> (nota 23e)	(46.040)	(51.795)
Propaganda e Publicidade	(22.268)	(20.100)
Serviços Técnicos Especializados	(20.799)	(18.368)
Serviços de Terceiros	(6.336)	(27.729)
Sistemas de Processamento de Dados	(12.536)	(12.958)
Despesas com Sistema Financeiro	(13.647)	(11.641)
Despesa com Arrendamento - Direito de Uso ¹	(4.804)	(4.648)
Amortizações e Depreciações (nota 10)	(5.645)	(4.504)
Despesas Tributárias Administrativas	(4.997)	(2.883)
Outras	(10.376)	(13.835)
Total	(147.448)	(168.461)

¹ Refere-se ao direito de uso de instalações físicas no montante de R\$ 1.378 e veículos corporativos R\$ 3.426 (Nota 23e).

20. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras receitas operacionais” apresentava a seguinte composição nos períodos:

	Jun/2026	Jun/2025
Recorrente	97.532	97.248
Recuperação de Despesas	41.848	36.476
Atualização Monetária Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar	37.722	33.079
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	7.146	16.955
Receita com <i>Transfer Pricing</i> (Nota 23e)	10.438	10.317
Outras Receitas Operacionais	378	421
Total	97.532	97.248

21. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

A rubrica “Outras despesas operacionais” apresenta a seguinte composição:

	Jun/2026	Jun/2025
Recorrente	(27.684)	(16.036)
Honorários e custas judiciais	(11.652)	(6.058)
Ajuste a Valor Justo ¹	(6.786)	-
Custo com documentação	(6.543)	(5.156)
Fraudes	(532)	(2.368)
Custo de retomada de garantias	(1.734)	(1.818)
Outras	(437)	(636)
Total	(27.684)	(16.036)

¹ Refere-se as operações de Direitos Creditórios VERT Securitizadora

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

22. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A rubrica “Despesas Tributárias” apresenta a seguinte composição:

	Jun/2026	Jun/2025
COFINS	(24.684)	(22.453)
ISS	(5.494)	(5.012)
PIS	(4.115)	(3.751)
Total	(34.293)	(31.216)

23. PARTES RELACIONADAS**a) Remuneração da Administração**

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de junho, são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GM Financial. Os diretores estatutários são profissionais registrados no Banco. Os custos de remuneração, encargos e benefícios desses administradores são inicialmente registrados na entidade empregadora e posteriormente rateados entre as empresas do grupo de acordo com critérios definidos internamente.

b) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários da Diretoria Executiva	Jun/2026	Jun/2025
Remuneração Fixa	2.941	2.775
Remuneração Variável	2.573	2.515
Total	5.514	5.290

c) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Outras Informações – Operações de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 4.693/18, instituições financeiras e sociedades de arrendamento

mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições; e
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:

- 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
- 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

e) Transações com Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios do Banco, em condições compatíveis com as praticadas no mercado, quanto a taxas de juros, prazos e demais condições contratuais. As principais operações mantidas com partes relacionadas referem-se ao compartilhamento de recursos e serviços corporativos entre empresas da GM Financial Brasil, bem como às aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários, classificadas na categoria de custo amortizado. A Administração entende que as operações realizadas com partes relacionadas são conduzidas em condições compatíveis com as praticadas com terceiros e não apresentam riscos adicionais relevantes.

As posições patrimoniais e os resultados decorrentes de operações com partes relacionadas podem ser resumidos da seguinte forma:

	Jun/2026			Total
	Controladoras ¹	Controladas ²	Outras ³	
Ativo/(Passivo)	(8.228)	(668.442)	(676.123)	(1.352.793)
Subsídio recebidos a apropriar	-	-	(437.542)	(437.542)
Outros Ativos (nota 7)	5.847	6.869	49.230	61.946
Captações em Depósitos a Prazo	(7.263)	(675.311)	(226.410)	(908.984)
Outras Obrigações Diversas (nota 13)	(6.812)	-	(32.227)	(39.039)
Passivo de Arrendamento	-	-	(29.174)	(29.174)

	Dez/2025			Total
	Controladoras ¹	Controladas ²	Outras ³	
Ativo/(Passivo)	(6.787)	(648.944)	(752.967)	(1.408.698)
Subsídio recebidos a apropriar	-	-	(456.850)	(456.850)
Outros Ativos (nota 7)	7.242	6.953	62.662	76.857
Captações em Depósitos a Prazo	(8.187)	(655.897)	(316.063)	(980.147)
Outras Obrigações Diversas (nota 13)	(5.842)	-	(10.945)	(16.787)
Passivo de Arrendamento	-	-	(31.771)	(31.771)

	Jun/2026			Total
	Controladoras ¹	Controladas ²	Outras ³	
Receita/(Despesa)	(4.043)	195	264.391	260.543
Subsídio apropriados	-	-	267.468	267.468
Rendas de Prestação de Serviços	32.072	40.402	18.240	90.714
Receita com <i>Transfer Pricing</i> (Nota 20)	10.438	-	-	10.438
Despesa com captação	(513)	(40.207)	(16.472)	(57.192)
Despesa com <i>Transfer Pricing</i> (Nota 19)	(46.040)	-	-	(46.040)
Despesa com Arrendamento (nota 19)	-	-	(4.804)	(4.804)
Despesa com locação (nota 20)	-	-	(41)	(41)

	Jun/2025			Total
	Controladoras ¹	Controladas ²	Outras ³	
Receita/(Despesa)	(8.028)	346	260.740	253.058
Subsídio apropriados	-	-	256.383	256.383
Rendas de Prestação de Serviços	33.731	35.613	15.221	84.565
Receita com <i>Transfer Pricing</i> (Nota 20)	10.316	-	-	10.316
Despesa com captação	(280)	(35.267)	(10.091)	(45.638)
Despesa com <i>Transfer Pricing</i> (Nota 19)	(51.795)	-	-	(51.795)
Despesa com locação (nota 20)	-	-	(773)	(773)

¹ General Motors Financial Inc. e General Motors Investment Participações Ltda.

² GMAC Administradora de Consórcio Ltda. e GM Corretora de Seguros Ltda.

³ General Motors do Brasil Ltda., GMF Serviços de Mobilidade Ltda. e GM Corretora de Seguros de Consórcio Ltda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

24. GERENCIAMENTO DE RISCO

Em consonância com a regulamentação vigente, às práticas adotadas no mercado, e às recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:

- (i) Departamento de Riscos Corporativos – Departamento específico responsável pela gestão dos riscos de mercado e IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), liquidez, operacional, social, ambiental, climático, cibernético, estratégico, reputacional e gestão de capital da GM Financial. Além disso, o departamento também tem a responsabilidade de monitorar e reportar à CRO uma visão consolidada dos riscos, recebendo, analisando e apurando informações a respeito dos riscos de crédito (Atacado e Varejo), de conformidade, legal, e continuidade de negócios, criando uma visão integrada para adequada gestão de riscos e capital pela CRO, com o objetivo de alcançar equilíbrio adequado entre risco e retorno, diminuindo os riscos desnecessários e protegendo os retornos financeiros da empresa. Além disto, a área atua assegurando a adequação e monitoramento dos indicadores estabelecidos na Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*), suprimindo e reportando à CRO;
- (ii) Risco de Crédito – Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito (Atacado e Varejo), como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização. O risco de crédito do instrumento financeiro será determinado pela probabilidade de o instrumento tornar-se um ativo com problema de recuperação de crédito nos 12 (doze) meses seguintes à data da avaliação no Estágio 1 e durante todo o prazo esperado do instrumento (*lifetime*) no Estágio 2. No Estágio 3, o instrumento financeiro já é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito (Ativo Problemático). A governança e mensuração da perda de crédito esperada está descrito na Nota 6;
- (iii) Risco Operacional – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;
- (iv) Risco de Mercado e IRRBB – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras de negociação e bancária, incluindo acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da GM Financial em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos.

Com a finalidade de mitigar o risco de mercado, representado na Instituição pelo IRRBB, é realizada a identificação, mensuração, controle e mitigação da exposição ao risco de mercado da carteira bancária, utilizando choque de juros segundo metodologia padronizada do Banco Central do Brasil – BACEN a fim de verificar impactos no valor econômico e no resultado, respectivamente, por meio dos indicadores: a) *Economic Value of Equity* (EVE) que avalia os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa e b) *Net Interest Income* (NII) que avalia os impactos de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação;

- (v) Risco de Liquidez – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por realizar o monitoramento e o controle independente de

indicadores como o TRF (*Time to Require Funding*), Descasamento de Taxas e Moedas, LCR, Caixa Mínimo e Concentração de *Funding*, conforme os limites estabelecidos adequadamente para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

- (vi) **Gerenciamento de Capital** – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da GM Financial estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A GM Financial busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;
- (vii) **Riscos Social, Ambiental e Climático** – De acordo com a Resolução CMN nº 4.943/21, o risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum; o risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais; e o risco climático é definido em duas vertentes: o risco climático de transição é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e o risco climático físico é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. A GM Financial possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos Corporativos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controles e mitigar estes riscos, quando presentes nas suas atividades e operações. Esta estrutura prevê estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na RAS, e a garantir o devido aproveitamento de oportunidades sociais, ambientais e climáticas identificadas na condução de seus negócios;
- (viii) **Risco de Conformidade** - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a GM Financial está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de *Compliance* da GM Financial gerencia este risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;
- (ix) **Risco Legal** - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A GM Financial através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;
- (x) **Risco Estratégico** - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequadas, ou de falta destas, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A GM Financial possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;
- (xi) **Risco Reputacional** - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de *rating*, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na GM Financial é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

- (xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A GM Financial mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.
- (xiii) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potenciais perdas ou danos a eles atrelados, além das respectivas respostas a situações de interrupção ou indisponibilidade prolongada de infraestrutura ou de operação das áreas de negócio da GM Financial, buscando evitar o estabelecimento de cenários de crise. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos em termos de probabilidade e magnitude do impacto da perspectiva de continuidade.
- (xiv) Risco País – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17 (alterada pela Resolução do CMN nº 5.089/23), define-se o risco país como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a eventos relacionados a jurisdição estrangeira, incluindo também: o risco soberano, no caso de exposição assumida perante governo central de jurisdição estrangeira; e o risco país indireto, no caso de evento relacionado a jurisdição estrangeira diversa daquela onde está localizada a contraparte ou o emissor de instrumento mitigador de risco associado a exposição assumida pela instituição, quando a contraparte ou o emissor possam ser significativamente impactados pelo respectivo evento. O Risco País é levado em consideração no Gerenciamento Integrado de Riscos pela Instituição, mas sua exposição atualmente não é considerada relevante.
- (xv) Risco de Transferência – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17 (alterada pela Resolução do CMN nº 5.089/23), define-se o risco de transferência como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos recursos necessários à liquidação de obrigação perante a instituição, no caso em que esses recursos estejam localizados em jurisdição diversa daquela onde será realizada a respectiva liquidação. O Risco de Transferência é levado em consideração no Gerenciamento Integrado de Riscos pela Instituição, mas sua exposição atualmente não é considerada relevante.

25. ÍNDICE DE BASILEIA

De acordo com as Resoluções nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco Central do Brasil - BACEN instituiu a obrigatoriedade de manutenção de valor de patrimônio líquido ajustado, compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, cujo cálculo em 30 de junho de 2026 foi de 19,43%.

	Jun/2026	Dez/2025
PR - Patrimônio de Referência	2.842.445	2.565.117
Capital Social, Reavaliações e Reservas de Lucro	2.922.069	2.644.741
Ajuste Prudencial	(79.624)	(79.624)
Ativos Ponderados Pelos Riscos (RWA)	14.626.356	13.264.568
Risco de Crédito (RWACpad)	12.617.010	12.342.074
Privado Bancário	10.726.335	10.626.365
Privado Não Bancário	1.063.339	904.909
Público Não Bancário	827.336	810.800
Risco Operacional (RWAOpad)	2.009.346	922.494
PR Mínimo Obrigatório para RWA	1.170.108	1.061.165
Margem sobre o PR mínimo requerido sem RBAN	1.672.337	1.503.952
Capital para cobertura de risco de taxa de juros da carteira bancária	264.444	233.890
Margem sobre o PR mínimo requerido com RBAN	1.407.893	1.270.062
Adicional de Conservação de Capital	365.659	331.614
Índice de Basileia	19,43%	19,34%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

26. OUTROS ASSUNTOS

Em 16 de janeiro de 2025, foi promulgada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a Reforma Tributária sobre o consumo e institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), reorganizando o modelo de tributação incidente sobre operações com bens e serviços no território nacional.

As instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, incluindo bancos, foram enquadradas no Regime Específico de Serviços Financeiros, regime que estabelece parâmetros próprios de apuração e de incidência dos novos tributos sobre atividades de intermediação financeira e demais serviços regulados. A legislação prevê o direito ao aproveitamento de créditos de IBS e CBS decorrentes de aquisições de bens e serviços, representando alteração estrutural em relação ao regime cumulativo anteriormente vigente, cuja adequada gestão demandará revisão e aprimoramento dos controles fiscais e operacionais.

A Administração encontra-se em fase avançada de mapeamento e avaliação dos impactos sistêmicos, processuais, operacionais e regulatórios decorrentes da Reforma Tributária, inclusive em relação às novas obrigações acessórias e aos procedimentos de apuração dos tributos. Nesse contexto, também estão sendo analisadas as disposições introduzidas pelos atos regulamentares publicados em abril de 2026, em especial o Decreto nº 12.955/2026, que regulamenta a CBS, a Resolução CGIBS nº 6/2026, que regulamenta o IBS, e a Portaria Conjunta MF/CGIBS nº 7/2026, que formaliza o reconhecimento das disposições comuns aos dois tributos. A Administração segue acompanhando a evolução normativa e os respectivos impactos sobre suas operações, com vistas a assegurar a tempestiva e integral conformidade com o período de transição iniciado em janeiro de 2026 e com a plena implementação do novo modelo tributário nos exercícios subsequentes.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de aprovação destas demonstrações financeiras pela Administração, não foram identificados eventos subsequentes que requerem ajustes ou divulgações adicionais nos termos do CPC 24 – Evento Subsequente.